



Foruns debaterão ensino e futuro da profissão

Com o objetivo de cumprir as ações definidas no planejamento estratégico realizado pela AMB/CFM no início do ano passado, e preocupada com a qualidade do ensino médico e o futuro da profissão no país, a diretoria plena da AMB, reunida no dia 23 de março, em Belo Horizonte, decidiu realizar dois fóruns no sentido de ampliar as discussões sobre ambos os assuntos.

O primeiro tema, envolvendo o ensino médico, com a denominação “Novas escolas de Medicina: necessidade ou oportunismo?”, foi apresentado pelo vice-presidente da região Centro-Sul, Ronaldo Loures Bueno, responsável pela coordenação dos trabalhos com vistas às propostas para transformação no ensino das escolas de Medicina do país. O projeto inicial previa seis fóruns, já realizados. O trabalho será finalizado com a execução de um fórum nacional, dia 15 de junho, em São Paulo, no qual serão apresentadas todas as propostas extraídas dos eventos regionais.

“A idéia principal é a elaboração de um documento nacional que denuncie os problemas existentes no setor e, desta forma, marque de maneira firme e decisiva a posição das entidades médicas frente a essa situação”, resume Ronaldo. “Além disso, o documento representa a contribuição das entidades médicas e servirá como forte subsídio a ser encaminhado aos parlamentares na esperança de

sensibilizar a sociedade para a transformação do ensino médico brasileiro”, completou.

A proposta para a realização do fórum sobre o futuro da profissão médica partiu de Samir Bittar, vice-presidente da região Centro-Oeste: “Ultimamente, têm respingando na classe médica aspectos negativos de diversas situações que são produto de um contexto do qual ela não é verdadeiramente responsável. A produção indiscriminada de médicos, a falta de serviços de especialização, tanto de residência como de pós-graduação, coloca no mercado pessoas despreparadas que têm comprometido a integridade da classe médica. Outros fatores, como remuneração de honorários público e privado, também têm contribuído. Por isso, faz-se necessário discutir a profissão médica não como uma profissão qualquer, muito menos com o objetivo corporativista de valorização, mas no entendimento de que é um fator de segurança para a população. Devemos alertar a sociedade sobre os rumos para onde caminha a nossa profissão, a persistirem esses fatores que têm levado ao seu descrédito e sobre os quais não temos autoria. Esse fórum seria um documento de alerta e denúncia à população.”

Atendendo ao convite da AMB, o deputado Rafael Guerra, relator do projeto de lei que dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos como base para contratos

com operadoras de serviço, também participou do encontro. Ele entende que as entidades médicas têm o direito de editar suas próprias tabelas de honorários. “Por que existem tabelas para outros setores e não são permitidas aos prestadores de serviços, especialmente na área médica?”, questiona. “É claro e evidente que há pressão econômica por trás dessa decisão”, conclui.

O encontro teve a participação da nova coordenadora geral da Denem, Rosa Gouveia de Souza, que a partir de agora integra as reuniões da entidade. “Pude perceber que as pautas de reivindicações das nossas entidades são as mesmas, e a Denem pode vir a somar nessas lutas conjuntas”, afirmou.

A Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos e o projeto Diretrizes, ambos desenvolvidos em conjunto com o CFM, também foram assuntos da pauta. Ficou decidido o apoio a uma proposta do diretor de Proteção ao Paciente, Elias Fernando Mizziara, sugerindo a elaboração de “Manuais de Orientação” que auxiliem os pacientes em diversas especialidades médicas.

O primeiro vice-presidente da Associação Médica Brasileira, Lincoln Freire, comunicou já estar praticamente finalizado o trabalho de levantamento do quadro de candidatos nas próximas eleições, os quais serão contactados pelas entidades médicas para a apresentação de propostas.

MEC e Ministério da Saúde criam programa de incentivo às mudanças curriculares

Uma portaria assinada no final de março pelos ministros Paulo Renato (Educação) e Barjas Negri (Saúde) instituiu o Programa Nacional de Incentivo às Mudanças Curriculares para Escolas Médicas (Promed), cuja meta principal é valorizar a humanização e enfatizar a medicina preventiva.

Segundo a portaria, alguns dos objetivos do programa são: reorientação do processo na formação dos médicos; criação de protocolos de cooperação entre os gestores do Sistema Único de Saúde e as escolas médicas; inserção do médico no processo social, com vistas à prevenção de doenças, ampliação dos cenários e duração da prática educacional na rede de serviços básicos de saúde.

O programa conta com recursos do Ministério da Saúde, que já destinou para 2002/2003 um total de R\$ 8 milhões às escolas médicas, visando a reorganização das diretrizes curriculares dos cursos de Medicina para a formação de profissionais volta-

dos ao atendimento das necessidades da política de saúde governamental.

Todas as instituições credenciadas pelo Ministério da Educação, que ofereçam curso de Medicina, poderão integrar o programa - numa primeira etapa serão selecionadas 20 escolas dentre as que apresentarem projetos pertinentes. O dinheiro pode ser utilizado para a contratação de consultores, realização de oficinas, requalificação de professores e aquisição de material de ensino.

Uma comissão nacional, constituída por 11 entidades, entre elas o CFM e a AMB, será responsável pelo acompanhamento e avaliação da execução do programa.

“Isso é muito importante”, salienta o segundo vice-presidente da AMB, Ronaldo da Rocha Loures Bueno. “Antigamente, as entidades médicas sempre ficaram à margem das colaborações em muitas áreas a elas inerentes. Tenho a certeza de que o trabalho conjunto AMB/CFM trouxe nova representati-

vidade à classe. Por isso, estamos envolvidos nesse processo”, garante.

As propostas deste programa nacional coincidem com as conclusões da Conferência Mundial de Educação Superior, promovida pela Unesco, em 1998, em Paris. O documento final do evento referendou, entre outros aspectos, que “as instituições de educação superior devem trabalhar para que seus estudantes se convertam em cidadãos bem informados, providos de sentido crítico e capazes de analisar os problemas da sociedade em busca de soluções, assumindo, desta forma, ampla responsabilidade social”.

“Objetivamente, o programa busca criar profissionais aptos ao atendimento primário, resgatando o médico de família. É evidente que a verba a ele destinada ainda é limitada, mas não deixa de ser um começo, pois no contexto geral mostra a preocupação do governo com o ensino médico no país”, finaliza Ronaldo.

Residentes: 2001, um ano de conquistas

Conforme acordo assinado em setembro de 2001 - entre o MEC, Ministério da Saúde e Associação Nacional de Médicos Residentes, com participação do CONASS durante as negociações -, a bolsa de residência médica será aumentada em 35%. Essa conquista viabilizou-se com a publicação da Lei nº 10.405, no Diário Oficial da União de 10.1.2002.

Este aumento foi consequência de um processo iniciado há um ano e meio quando do Congresso Nacional de Médicos Residentes, em Curitiba, tendo como ponto de partida a discussão sobre a qualidade da residência. Ali, iniciou-se a Campanha Nacional de Valorização da Residência Médica, luta pelo cumprimento da legislação referente à residência - que contempla aspectos de suas duas dimensões: trabalho e ensino.

Durante este período, foram realizados vários dias de mobilização e uma greve nacional que teve participação de residentes de oito estados brasileiros.

No decorrer do processo, conseguimos colocar a residência médica em pauta de

discussão, bem como envolver a sociedade, por intermédio da imprensa, o poder Legislativo, por meio das Assembléias Legislativas estaduais, e o Congresso Nacional.

Possivelmente, nosso maior ganho tenha sido a reestruturação do Movimento Médico. Em 2000, tínhamos três estaduais formadas; agora, temos 10. São Paulo, estado que concentra 50% da residência médica do país, elegeu sua associação estadual depois de anos sem Executiva, garantindo, assim, representação na capital e no interior.

Os residentes sempre tiveram importante papel na construção e luta para a manutenção da qualidade da Medicina brasileira. Inicialmente, o carimbo da ANMR era a garantia de qualidade. Posteriormente, participamos da criação da Comissão Nacional de Residência Médica e da regulamentação específica. Agora, estamos entrando em novo momento. A residência médica está em processo de descentralização. As Comissões Estaduais de Residência são chamadas a assumir papel fundamental na fiscalização dos programas e formação de uma política de recursos humanos nos estados.

Porém, mesmo com a descentralização, é difícil fiscalizar todos os programas de residência médica do país. Para tanto, faz-se necessário que as associações hospitalares de médicos residentes sejam mais atuantes e, nesse sentido, estamos incentivando a formação dessas associações em todo o Brasil - e esta é uma das prioridades da ANMR, que se coloca à disposição dos médicos residentes para assessoramento.

A partir da Campanha Nacional de Valorização da Residência Médica, conseguimos espaço na Comissão Nacional de Residência Médica para discutir a política de formação de recursos humanos, valorização da preceptoria e moradia - reivindicações que deverão ser pleiteadas, durante este ano, por uma subcomissão.

Avaliamos, portanto, que 2001 foi um ano positivo para o movimento de médicos residentes. 2002 apresenta-se como um desafio à consolidação de conquistas e fortalecimento do movimento.

Pedro Sampaio
é presidente da Associação
Nacional de Médicos Residentes